

## VISÃO CIENTÍFICA DO AMBIENTE CARCERÁRIO

JOÃO MARCELLO DE ARAÚJO JÚNIOR

Muito se tem falado dos efeitos negativos do encarceramento, porém pouco se conhece sobre as reais características do ambiente carcerário e, especialmente, sobre as causas individuais e coletivas determinantes desses efeitos.

Foi por isso que, após alguns anos de direção penitenciária e baseados em observações pessoais, amadurecidas pela reflexão, nos dispusemos a tentar, neste artigo, esboçar uma descrição e uma interpretação para esse fenômeno tão chocante para nossa civilização que é a selvageria do ambiente carcerário.

A ciência penitenciária, para fugir à chamada "psicose carcerária" produzida pelo longo recolhimento celular, solitário, "evoluiu" para o sistema de "vida em comum" no interior dos estabelecimentos de execução penal. Esse sistema, entretanto, provocou outros efeitos lastimáveis e de outra ordem como: o "governo" dos mais fortes e perigosos sobre os demais prisioneiros, a homossexualidade generalizada e o "código de honra da prisão", transformando, assim, aquilo que deveria ser uma escola de adaptação social em verdadeira "universidade do crime", onde os "velhos cadeeiros" são os professores e os processos criminais "o diploma", como se costuma dizer.

Entendemos que esses efeitos negativos decorrem do fato de que a prisão é, em si mesma, uma instituição intrinsecamente nociva. Mas se essa nos parece uma realidade inofismável, uma outra realidade também se nos afigura, qual seja a de que as elites governantes não estão, ainda, dispostas a substituir as penas privativas de liberdade por outras medidas mais eficazes como, por exemplo, as penas restritivas da liberdade concebidas pelo gênio inigualável de *Roberto Lyra*.

As prisões, a despeito de todos os seus males, apesar de seus horrores, parecem resistir às investidas do espírito científico, tornando-se cada vez mais numerosas e, com seria de se esperar, superpovoadas.

Assim, aqueles que, como nós, não acreditam mais nela, não podem depor o estandarte de luta e, por isso, cada vez mais devem vir ao mundo da inteligência, à tribuna científica, para vulgarizar as experiências, para tentar quebrar as barreiras do misoneísmo reacionário.

Durante 3 anos dirigimos duas das mais importantes prisões do antigo Estado da Guanabara e, durante esse tempo de convívio permanente com a "massa" carcerária, tivemos oportunidade de recolher dolorosas observações, que tentaremos traduzir neste artigo, procurando, na medida do possível, repetir as expressões usadas pe-

los prisioneiros para definir as situações observadas a fim de permitir ao leitor uma impressão mais viva e autêntica e, também, porque essas expressões, em sua brutalidade e crueza, revelam uma realidade que, sem elas, não seria muito fácil perceber.

Bem sabemos que outros especialistas denominam o método que iremos empregar como aquele das "observações subjetivas" e, portanto, empírico.

Essa é, por exemplo, a opinião de *Henri Ellenberger*, para quem o estudo das prisões pode ser abordado através de:

- A) métodos empíricos;
- B) estudo comparado da prisão com outros meios fechados;
- C) pelo estudo ecológico, baseado nas noções adquiridas pela psicologia comparada do comportamento animal e humano.

Empírico ou não, entendemos que o método de descrição de nossas observações, após longo tempo de amadurecimento, servirá como contribuição para conhecimento de nossa realidade carcerária e, quem sabe, para alertar, a quem de direito, para as necessárias modificações no panorama futuro da pena privativa de liberdade.

Assim, estamos dispostos a tentar descrever algumas reações que se manifestam logo em seguida ao encarceramento do homem e tentar, também, isolar os fatores que concorrem para essas reações e determinar os efeitos específicos de cada um desses fatores. Com isso esperamos não só realizar um trabalho criminográfico, como diria *Afrânio Peixoto*, mas, também, científico.

Note-se que as observações a serem descritas não são fruto de estudo realizado em um único estabelecimento prisional, mas sim em dois, de características absolutamente distintas. De um lado o Instituto Esmeraldino Bandeira, ao tempo, estabelecimento de segurança média, provido de alojamentos com capacidade para 33 prisioneiros e com uma população de 1.336 internos. De outro lado, o Instituto Penal Lemos Brito, prisão de segurança máxima, destinada a tratamento pré-comunitário, guarnecida com células e com uma população carcerária, nesse tempo, de 850 homens, em média.

Nessas condições, a visão não é unilateral, nem serão realizadas generalizações perigosas, partindo-se de um só tipo de instituição. Por outro lado, as observações, por estarem sendo traduzidas após longo tempo de afastamento da atividade penitenciária direta, foram passadas pelo crivo de uma autocritica severa, a fim de escoimá-las de possíveis impregnações de vaidade ou de autodefesa.

Os estudos realizados em cada um desses estabelecimentos foram posteriormente analisados levando-se em consideração duas ordens de fatores: de um lado os relativos ao indivíduo observado; de outro as características dos estabelecimentos onde se encontravam recolhidos.



Quanto aos primeiros, foram levados em consideração:

- A) as características individuais dos observados;
- B) o tempo de prisão de cada um deles.

Quanto ao segundo grupo de fatores:

- A) as características arquitetônicas do estabelecimento;
- B) os fins de tratamento a que se destina a instituição;
- C) as características administrativas do estabelecimento.

Foram levadas, ainda, em conta, embora secundariamente: a área de cada um dos estabelecimentos em relação ao número de internos nele recolhidos; a quantidade e qualidade do pessoal de vigilância e tratamento e as possibilidades de comunicação com o mundo exterior.

Feitos esses esclarecimentos, passemos à descrição do que foi observado.

## A ATITUDE INICIAL

Notamos uma atitude comum em todos os condenados recém-internados em ambos os estabelecimentos pesquisados: os primeiros tempos de internação são caracterizados por um isolamento voluntário, quer em relação aos demais internos, quer em relação ao pessoal administrativo. Esse isolamento se traduz por uma expressão sempre muito repetida: "eu vim para a cadeia sozinho, não tenho companheiro de processo", que exprime, também, a ausência de solidariedade encontrada nas prisões. Cada qual cuida de si, pouco importando que isso prejudique ou não outro preso. O egoísmo é, geralmente, levado às suas últimas conseqüências e os condenados em co-autoria, em regra, não convivem bem. Se a solidariedade no crime importa em solidariedade na pena e no processo, desaparece na execução.

Essa atitude de isolamento e essa ausência de solidariedade parecem ser conseqüências de uma exacerbação do instinto de conservação, sob duplo aspecto: a tendência de fuga diante do perigo e a necessidade de buscar refúgio mais ou menos sólido para resguardo da intimidade.

A necessidade de um refúgio se mostrou mais intensa nos internos observados no Instituto Penal Esmeraldino Bandeira, ao que tudo indica em razão dos alojamentos serem coletivos e as instalações sanitárias de uso comum.

Os recém-internados, de regra, eram vistos isolados pelos pátios, sempre com as costas voltadas para as paredes; nas filas do "rancho" ocupavam os últimos lugares e nos alojamentos procura-

vam sempre obter as camas mais próximas das "vigias". Os jovens procuravam usar os sanitários durante a madrugada, sendo que alguns evitavam tomar banho.

Somente nas oficinas de trabalho, onde a vigilância era mais intensa, notava-se um comportamento menos tenso, embora sem descontração.

Esse comportamento era notado até mesmo em relação aos reincidentes e aqueles que, já presos há algum tempo, vinham transferidos para o estabelecimento.

Na penitenciária Lemos Brito, onde cada interno dispõe de alojamento individual (cubículo), o fenômeno foi também observado.

O medo é uma constante, daí procurarem os recém-internados a solidão como forma de fuga à agressividade do ambiente.

Por outro lado, os internos mais antigos não procuram uma aproximação com o recém-chegado, que é olhado com desconfiança. Nas oportunidades de convivência, os prisioneiros mais antigos procuram testar o novato a fim de saber se este é um "linha de frente" ou um "fim de comédia", se um "cagoete" ou um "sujeito firme", se é dado ao uso de tóxicos, se gosta de jogar, se é dado à homossexualidade ou "se está a fim de puxar sua cadeia e ir embora".

Esses "testes", que na linguagem dos homens presos denominam-se "pagar uma sugesta", são mais graves e sérios em matéria sexual. Daí o grande número de lesões corporais e até mesmo homicídios em que se vêem envolvidos os presos recém-internados. A estes, via de regra, diante do assédio de que são vítimas, resta uma das 3 atitudes:

- A) sucumbir;
- B) resistir mais ou menos violentamente;
- C) apelar para a proteção da administração.

A submissão ao apelo sexual dos demais internos importará, para o novato, no ingresso na classe, como veremos mais adiante, dos dominados. Em consequência, ou ele se unirá a um "linha de frente" que se tornará seu protetor, ou então se transformará em pasto para a lascívia da maioria.

A reação é a atitude mais freqüente. Em geral basta a assunção de uma atitude de vigilância, com a demonstração de que o assediado está disposto a correr todos os riscos. Em alguns casos, entretanto, especialmente com jovens, é necessário o recurso à violência física. Essa reação resultará na parada imediata do assédio, passando aquele que reage a ser respeitado por ser um "sujeito de atitude que não acredita em sugesta".

Na terceira hipótese o novo interno busca socorro junto à administração do estabelecimento. Com isso infringirá o "código da pri-



são" e será um homem marcado. Será um "cagoete" e, por isso, desprezado por todos, até mesmo por certos agentes de vigilância.

Podemos dizer que o período inicial de adaptação ao ambiente carcerário se encerra com a vitória sobre a brutalidade e, dependendo da atitude tomada inicialmente, o novel condenado assumirá uma determinada posição dentro da organização dessa sociedade *sui generis* que é a comunidade carcerária.

## A ORGANIZAÇÃO DA "SOCIEDADE CARCERÁRIA"

Vencida a primeira batalha, a de rompimento do assédio sexual, o homem preso pode ter um pouco mais de tranqüilidade, embora isso não queira significar que esteja em segurança. Sua vigilância não poderá ser abandonada, bem como deverá ser redobrada nos dias que antecederem à libertação.

Nessa segunda fase da vida carcerária, observa-se, paralelamente ao instinto de conservação, uma segunda manifestação instintiva: a de dominação e de subordinação. Isso se manifesta através da formação espontânea de uma hierarquia no seio do grupo.

Destaque-se que, na comunidade carcerária, os freios culturais que, de regra, mitigam essa manifestação instintiva, atuam com melhor eficiência. Isso porque o recolhimento carcerário faz desaparecer as diferenças sociais decorrentes da posição profissional, do nível intelectual, da condição econômica. Todos mais ou menos se nivelam pelo denominador comum de uma condenação criminal.

É verdade que o rigor da atividade administrativa da direção do estabelecimento penitenciário pode, de alguma maneira, diminuir os efeitos negativos dessa organização espontânea, porém não logra fazer com que desapareça.

Essa organização hierárquica espontânea conduz à formação de um "código de prisão" que regula as relações entre os diversos prisioneiros. Esse "código" outra coisa não quer significar senão o exercício do poder de dominação do mais forte sobre o mais fraco.

Como dissemos no início deste capítulo, a distribuição dos internos pelas diversas categorias da hierarquia carcerária decorre, em geral, da atitude inicialmente tomada quando do período inicial de adaptação "ecológica".

Assim, os mais fortes, os mais perversos, passam a congregar em torno de si indivíduos mais fracos carentes de proteção, verdadeiros súcubos. Esses mais fortes, denominados "linhas de frente", ocupam posição de liderança que lhes permite, sem muitos riscos, praticar a homossexualidade violenta, controlar as "transações" (comércio ilícito), ocupar os melhores alojamentos, as melhores condições de trabalho, os primeiros lugares na fila do "rancho", ou ter alguém que lhe vá levar a comida na própria célula.

Esses líderes não são vistos com freqüência no meio da "massa" carcerária e, quando tal acontece, estão geralmente acompanhados por uma espécie de vice-líderes, que lhes guardam as costas.

São presos considerados como de "bom comportamento" a despeito de serem, sabidamente, aqueles que negociam com o tóxico, que praticam a agiotagem, que bancam o jogo. É que nunca agem pessoalmente e sim através de seus "cavalos", ou seja, as pessoas mais inferiores dessa escala social.

Na penitenciária Lemos Brito, os "linhas de frente", em geral, quando de nosso ingresso na direção do estabelecimento, estavam classificados para o trabalho como "faxinas de galeria", ou seja, eram as pessoas encarregadas de zelar pela higiene das galerias de células, bem como exerciam ali uma atividade para-administrativa, qual seja a de manter a disciplina local. Em outras palavras, os cordeiros estavam sob a vigilância do lobo. A atividade como "faxinas de galeria" permitia a esses líderes um afastamento do convívio dos pátios e das oficinas de trabalho, bem como ocupar verdadeiros postos de observação, através dos quais controlavam as atividades de seus comandados e as dos agentes de vigilância.

O "código da prisão" outorga outros privilégios. Assim, durante os dias de visitas os líderes ocupam os melhores lugares, o mesmo ocorrendo durante as sessões de cinema e outros espetáculos no auditório; suas roupas são lavadas e passadas em caráter especial por alguns de seus submissos; seus alojamentos são bem arranjados e, no Instituto Penal Esmeraldino Bandeira, ocupavam as últimas camas dos alojamentos; nos pátios contam sempre com "serviçais" que para eles vão à cantina fazer compras.

O grupo oposto ao dos "linhas de frente" é formado por uma multidão de submissos, composta por pederastas passivos, vendedores de maconha, jovens amedrontados carentes de proteção e outros indivíduos que, embora não ligados diretamente aos líderes, deles têm medo e toleram seus saques e sua prepotência: são os chamados "pés inchados" ou "fim de comédia". Estes, em geral, apresentam uma personalidade abúlica, deixando-se levar ao sabor das influências de seu "linha de frente".

Há, finalmente, um grupo intermediário, que procura conviver com os extremos, sem, contudo, a eles se vincular. Entre estes a atitude psicológica é de insegurança, agitação, ansiedade e agressividade. São os que mais sofrem, porque, se de um lado não têm condições para a liderança, ou, se têm, não querem exercê-la, de outro lado não suportam a subserviência. São estes que, como se costuma dizer, "carregam a cadeia nas costas", pois são os que mais trabalham e, geralmente, nos piores lugares, fazendo-o voluntariamente, já que com isso se afastam, tanto dos líderes, como de seus pegajosos súcubos. Nesse grupo encontramos desenvolvido o instinto de conservação, sob o especial aspecto de buscarem áreas privadas de isolamento, uma espécie de território neutro numa área de guerra.



Estes aspectos da subcultura carcerária, que nos pareceram produto de reações instintivas, não se modificaram nem mesmo quando, na então Penitenciária Lemos Brito, foi recebido um grupo de quase cem homens condenados por crimes militares. Estes homens traziam características culturais diferentes, por não se tratar de criminosos comuns e, sim, de condenados por atos violadores da legislação militar com caráter mais ou menos político.

Era de se esperar que o ingresso de um contingente tão grande de pessoas, com aspectos culturais diferentes, produzisse uma mudança na ecologia carcerária. Entretanto, o panorama não se modificou, sendo certo que alguns deles chegaram às lideranças, enquanto a maioria permaneceu em posição intermediária, havendo alguns tantos que se tornaram ocupantes da mais baixa escala social carcerária.

Fenômeno interessante ocorreu com esse grupo. Foi observado que entre eles se formou, também, uma hierarquia espontânea, embora mitigada pelas influências sociais. Mudando o que precisa ser mudado, ocorreu com esse grupo de ex-marinheiros o mesmo fenômeno observado com os presos comuns. Ocorreram atos de homossexualidade, de violência, de dominação e de submissão.

Verifica-se, assim, que a exacerbação da conduta instintiva é conseqüente da prisão em si mesma, sendo certo que nem as mudanças introduzidas por um sistema de tratamento ministrado por pessoal especializado logrou resultado positivo.

## OS EFEITOS DO TRATAMENTO SOBRE O AMBIENTE

Feitas essas observações, procuraremos, agora, demonstrar quais foram os efeitos de um tratamento tecnicamente aplicado, sobre a ecologia carcerária.

Mudanças radicais foram introduzidas nos estabelecimentos estudados, no sentido da aplicação de um tratamento penitenciário próximo dos melhores padrões. Com essa finalidade, pessoal especializado foi admitido, tanto nas áreas de vigilância, como nas de aplicação específica do tratamento: professores, assistentes sociais, psicólogos, médicos, psiquiatras e outros especialistas foram chamados à atividade; até mesmo mudanças arquitetônicas foram introduzidas com o fim do tratamento proposto. Em suma, um completo programa de ressocialização foi posto em prática.

Tão logo esse programa foi iniciado, passamos a observar seus efeitos sobre os fenômenos já anteriormente estudados e, aqui, já sumariamente descritos. Buscávamos encontrar uma modificação profunda nas relações entre os internos em função do ambiente, que se supunha modificado.

Em verdade, o esforço foi em vão, pois o que ocorreu foi, não a extinção dos fenômenos negativos já mencionados, mas, tão-somente, uma mudança de forma, ou seja, uma adaptação à situação nova.

As manifestações instintivas continuaram presentes embora policiadas. O assalto sexual violento diminuiu de freqüência, mas não em razão de considerações superiores, e sim por força da severa vigilância. As lideranças subsistiram, modificadas, é verdade, porém com os mesmos efeitos de degradação.

Assim, os "linhas de frente" deixaram de ser "faxinas de galerias", mas nas oficinas onde foram trabalhar obrigatoriamente, após um período de tentativa de sabotagem, passaram a exercer as atividades mais nobres, por assim dizer, enquanto que os submissos realizavam as "faxinas" menos consideradas. Numa sapataria, por exemplo, os líderes trabalhavam nas melhores máquinas e sempre naquelas onde fosse mais fácil, numa emergência, apossar-se de um instrumento que pudesse ser utilizado como arma, como uma faca de sapateiro, por exemplo. Além disso, seus protegidos formavam, ou melhor, procuravam formar uma barreira à vigilância em torno do chefe.

Nas filas do "rancho" os líderes não mais podiam, como ocorria outrora, passar à frente dos demais; no entanto, para resguardar sua autoridade, muitas vezes deixavam de comparecer aos refeitórios, alimentando-se de extraordinários na cantina do estabelecimento, ou provocavam um atraso para não se sujeitarem à fila, ou, ainda, mediante eventual suborno, obtinham que sua alimentação fosse levada até sua célula.

Os homossexuais passivos, anteriormente negligentes em suas funções e escandalosos em suas atitudes, passaram a trabalhar sistematicamente, porém, após algum tempo, estavam reunidos, trabalhando na lavanderia do estabelecimento e durante o trabalho cantavam, qual as "lavadeiras do Tejo".

Os viciados e vendedores de maconha e outros tóxicos, os agiotas, os jogadores, mais vigiados agora, não pararam com suas "transações", apenas passaram a usar de expedientes mais sofisticados.

A violência sexual se transformou em homossexualidade consentida, de controle mais difícil, mas o assédio inicial continuou.

A única vantagem verdadeiramente sentida foi por parte do grupo intermediário, que passou a ter uma vida mais descontraída, mas, mesmo assim, a tendência ao isolamento perdurou.

As tentativas de fuga, a despeito da maior vigilância, se tornaram freqüentes, bem como a violência física.

## CONCLUSÃO

Essas observações nos conduzem a concluir que, embora a organização de um sistema de tratamento sério e bem orientado, que leve em conta as condutas instintivas e até delas se sirva, como meio de tentar modificar a realidade ambiental no interior das prisões, pos-



sam conduzir a uma melhora para as condições de vida dentro da comunidade carcerária, essa melhoria está, ainda, muito longe de realizar os objetivos da pena.

Servem, também, para demonstrar que o mal está na prisão em si mesma e na necessidade urgente de encontrarmos outros instrumentos de luta contra a criminalidade, diversos da privação de liberdade.

O dia-a-dia das prisões é a prova mais eloqüente da falha da pena privativa de liberdade como meio de combater as violações criminosas do dever social.

Por isso, enquanto esse ideal de extinção da pena privativa de liberdade não chega, porque não se ter a coragem de tentar diminuir os efeitos negativos da prisão pela adoção da substituição provisória da pena?

Por que um Código de Execuções, como o concedido pela inteligência inesgotável de *Roberto Lyra*, continua esquecido e, até mesmo, ignorado?

Num momento como o atual, quando se chega ao extremo da discriminação, quando se procura endear o paliativo da prisão albergue, por que não se ter a coragem de, reconhecendo a realidade, dar um passo adiante, em direção ao futuro? Foi assim com a pena corporal, foi assim com a pena de galés, será assim com a pena privativa de liberdade. Será mera questão de tempo.

A matéria está na ordem do dia.